TESOURONACIONAL

# RTN 2021

**Outubro**

**Publicado em 29/11/2021**

# Resultado do **Tesouro Nacional**

## Sumário Executivo

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

# Sumário Executivo

O resultado primário do Governo Central foi um superávit de R$ 28,2 bilhões em outubro de 2021, frente ao déficit primário de R$ 3,4 bilhões observado em outubro de 2020 (em termos nominais). O resultado foi significativamente melhor que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um superávit de R$ 10,1 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R$ 44,3 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R$ 16,1 bilhões. Em comparação com outubro de 2020, a melhora no resultado primário observado no mês decorre da combinação de um aumento real de 5,9% (+R$ 8,7 bilhões) da receita líquida e de um decréscimo real de 15,4% (-R$ 23,3 bilhões) das despesas totais.

O aumento real da receita líquida no mês é derivado do crescimento nas receitas não administradas (+R$ 12,4 bilhões) e nas receitas administradas (+R$ 8,0 bilhões), parcialmente compensado pela redução na arrecadação líquida para o RGPS (-R$ 7,6 bilhões) e pelo crescimento nas transferências por repartição de receita (+R$ 4,1 bilhões). Os principais destaques na comparação mensal são: a) arrecadação extraordinária de IRPJ/CSLL (+R$ 5,0 bilhões); b) aumento na arrecadação referente à estimativa mensal, ao balanço trimestral e ao lucro presumido (IRPJ/CSLL); c) ganhos de IOF (+R$ 3,8 bilhões) pela restauração da tributação das operações de crédito, em vigor desde janeiro de 2021; d) efeito líquido negativo na comparação entre os diferimentos de tributos de outubro de 2020 e outubro de 2021; e e) aumento na arrecadação relativa à exploração de recursos naturais, no montante de R$ 7,9 bilhões, com elevação na transferência a Estados e Municípios no montante de R$ 0,9 bilhão.

A diminuição nas despesas primárias em outubro de 2021 em comparação com o mesmo mês do ano anterior, por sua vez, foi influenciada principalmente pela redução nos gastos em resposta aos efeitos socioeconômicos da crise provocada pela Covid-19. Créditos extraordinários e apoio financeiro a Estados e Municípios apresentaram redução de R$ 22,8 bilhões e de R$ 4,0 bilhões respectivamente, quando comparados a outubro de 2020. Por outro lado, naquele mês de 2020 houve devolução à União de R$ 6,8 bilhões destinados ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos – PESE, evento sem equivalente em outubro de 2021.

Com o número de outubro, o resultado acumulado no ano totaliza um déficit primário de R$ 53,4 bilhões, ante déficit de R$ 680,9 bilhões no mesmo período de 2020 (em termos nominais). Esse resultado é composto por um superávit de R$ 188,0 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R$ 241,4 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até outubro, a receita líquida registrou aumento de 23,2% (+R$ 250,3 bilhões), enquanto a despesa total diminuiu 25,0% (-R$ 461,7 bilhões). Quanto à receita, destacam-se os aumentos nas receitas administradas (+R$ 209,7 bilhões) espraiados por praticamente todas as rubricas. Houve também expressivo crescimento nas receitas não administradas pela Receita Federal (+R$ 70,6 bilhões) e na arrecadação líquida para o RGPS (+R$ 27,7 bilhões). Esses movimentos foram parcialmente compensados pelo aumento nas transferências por repartição de receita (+R$57,8 bilhões).

Do lado da despesa, nos primeiros dez meses de 2021 destacam-se as reduções em: a) créditos extraordinários (-R$ 309,2 bilhões), apoio financeiro a Estados e Municípios (-R$ 87,8 bilhões) e subsídios e subvenções (-R$ 20,3 bilhões), todas associadas, em 2020, ao enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do coronavírus (Covid-19); b) abono salarial e seguro-desemprego (-R$ 16,5 bilhões), resultante da antecipação do pagamento do abono salarial em 2020, sem contrapartida em 2021, e da postergação dos pagamentos de abono salarial do 2º semestre de 2021 para o ano de 2022; e c) Pessoal e Encargos Sociais (-R$ 13,6 bilhões).

Em comparação com as projeções constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre, publicado na última semana, o volume de Receitas Líquidas e Despesa Total, apurados até outubro representam, respectivamente, 81,9% e 80,4% das projeções para o fim do ano. Confirmadas essas expectativas, o ano de 2021 se encerrará com crescimento real da receita líquida de aproximadamente 16% e redução das despesas de 24%, frente ao ano de 2020, reafirmando a tendência verificada até o momento de recuperação de arrecadação, controle de despesas obrigatórias e focalização de gastos associados ao enfrentamento da pandemia Covid-19. Cabe mencionar que esta projeção é compatível com um crescimento real de cerca de 7% nas despesas discricionárias.

No mês de novembro, a divulgação do Resultado do Tesouro Nacional é acompanhada da publicação da nova edição do Relatório de Projeções da Dívida Pública (RPDP). Esse relatório, de frequência semestral, traz projeções para a trajetória do endividamento público até 2030, considerando tanto a Dívida Pública do Governo Geral (DBGG), quanto a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP). Também são apresentadas simulações de impacto resultantes de alterações na evolução de três variáveis com grande influência sobre os indicadores de dívida: PIB, resultado primário e juros. Por fim, o documento conta com estimativas do esforço fiscal necessário, medido em termos de resultado primário, tanto para estabilização dos indicadores de dívida em relação ao nível registrado em 2021, como também para sua redução aos níveis médios encontrados no conjunto das economias emergentes.

A DBGG deve fechar 2021 com uma queda superior a 8 pontos percentuais do PIB em relação a 2020, o que mostra reversão importante do aumento registrado no ano anterior em decorrência da queda de arrecadação e das medidas fiscais de enfrentamento à pandemia da Covid-19. De 2022 em diante, espera-se uma redução gradual nesse indicador, que atingiria um patamar de 76,6% do PIB em 2030. Essa trajetória é fruto, basicamente, do efeito do crescimento do PIB nominal e dos superávits primários esperados a partir de 2024.

A DLSP, por sua vez, também mostra recuperação ao final de 2021, chegando a 58,3% do PIB ante o patamar de 62,7% do PIB registrado no fim do ano anterior. Esse indicador, no entanto, pressionado pelo diferencial entre a taxa de juros e a taxa de crescimento do PIB, deve crescer ao longo dos próximos anos, encerrando 2030 em 68,2% do PIB.

No período de 2022 a 2030, o resultado primário médio esperado no cenário base equivale a um superávit de 0,5% do PIB, compatível com uma trajetória decrescente para a DBGG, já que o valor necessário para estabilização desse indicador seria de 0,1% do PIB. A redução para o patamar médio de países emergentes (64% do PIB), no entanto, exigiria um

superávit primário médio de 1,9% ao ano (mantidos os demais parâmetros das projeções). No caso da DLSP, o esforço fiscal para ambos os exercícios seria bem superior, exigindo superávits primários médios de 1,6% e 3,0% do PIB para, respectivamente, estabilizar o indicador no nível de 2021 e para se convergir ao nível dos países de renda média.

Assim, enquanto os dados do RTN de outubro embasam mais uma redução na projeção de déficit primário do Governo Central que agora, de acordo com o recém-divulgado Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 5º bimestre, deverá alcançar R$ 98,5 bilhões (cerca de um terço da projeção oficial de R$ 286 bilhões publicada em abril), o novo RDPD mostra que, a despeito da abertura de espaço fiscal promovida pela PEC nº 23/2021, o endividamento bruto do país deve apresentar uma trajetória de redução gradual na próxima década.

Cabe reforçar, porém, que esses resultados alcançados, bem como as perspectivas positivas para a evolução da DBGG, só foram e são possíveis devido à manutenção de uma regra fiscal que contenha o crescimento real das despesas públicas. Não obstante o desempenho fiscal bem acima do esperado em 2021, o país vai fechar o ano com um nível de endividamento bruto ainda consideravelmente superior à média apresentada por países com grau de desenvolvimento semelhante.